



UNIFEOB

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE
ENSINO OCTÁVIO BASTOS**

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

ATUALIZAÇÃO DE VALORES PELO IGP-M

PORTO SEGURO S/A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2022

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE
ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

ATUALIZAÇÃO DE VALORES PELO IGP-M

PORTO SEGURO S/A

MÓDULO CONTABILIDADE E FINANÇAS

FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE – PROF. DANILO MORAIS
DOVAL

FUNDAMENTOS DE FINANÇAS – PROF. ANTONIO DONIZETI
FORTES

ESTUDANTES:

José Gabriel Nerio Sardeli – RA 1012022100134
Raquel Gonçalves Costa – RA 1012011100140

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	6
3. PROJETO INTEGRADO	7
3.1.FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE	7
3.1.1. BALANÇO PATRIMONIAL	7
3.1.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	7
3.2.FUNDAMENTOS DE FINANÇAS	9
3.2.1. ATUALIZAÇÃO DE VALORES PELO IGP-M	9
3.2.2. A CALCULADORA FINANCEIRA HP 12C	9
3.3.CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO FINANÇAS	11
3.3.1. GERENCIANDO FINANÇAS	11
3.3.2. ESTUDANTES NA PRÁTICA	11
4. CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS	14
ANEXOS	15

1. INTRODUÇÃO.

O patrimônio líquido é um indicador contábil que representa a diferença entre o ativo e o passivo da organização. Ou seja, o PL demonstra a subtração entre os bens e direitos que uma empresa possui em relação às suas obrigações. De modo geral, o Patrimônio Líquido corresponde à riqueza de uma organização, aquilo que pertence realmente aos seus acionistas.

Saber ler e interpretar o balanço de uma empresa, de início, não é uma tarefa muito simples. Sobretudo para aqueles que estão iniciando seus estudos sobre demonstrações financeiras.

Porém, a necessidade de entender o que os números estão nos mostrando, bem como identificar as mutações no patrimônio de uma empresa é de suma importância para entender o desempenho da mesma ao longo do tempo.

Warren Buffett, um dos maiores investidores de todos os tempos, costuma apresentar a evolução deste indicador aos seus acionistas. Afinal, o patrimônio mede a riqueza dos acionistas que está na empresa.

Para calcular o patrimônio de uma companhia é necessário compreender o que significam os termos ativos e passivos, afinal, eles são os dois componentes formadores dessa métrica. Dentro da estrutura do balanço patrimonial, o patrimônio líquido equivale ao resultado da diferença entre o total dos valores do ativo e do passivo de uma empresa.

Ativos são bens e direitos pertencentes à organização em um determinado momento. Em outras palavras, é tudo que pode ser convertido em valores monetários em maior ou menor tempo.

Alguns exemplos de ativos são dinheiro em caixa, estoques de produtos, equipamentos industriais, imóveis, etc.

Já os passivos são conhecidos como obrigações que a empresa possui perante terceiros. Esses passivos podem ser dívidas, salários e contas em geral a pagar.

Sabendo disso, para calcularmos essa métrica basta realizar essa seguinte diferença. A fórmula do Patrimônio Líquido:

- Patrimônio Líquido = Ativos – Passivos

Para encontrarmos esses componentes nos demonstrativos de uma empresa devemos procurar no balanço patrimonial de uma companhia. Esse relatório é formado por duas colunas.

De um lado, fica a descrição dos ativos da empresa. Já no outro acharemos os passivos, sendo que logo abaixo dele encontraremos o valor do patrimônio. Matematicamente, o patrimônio é igual aos ativos menos os passivos, conforme foi visto. Entretanto, este é o valor total do patrimônio, sem contar suas subdivisões. Existem diversas contas que compõem o patrimônio da companhia. Segundo a legislação brasileira, conforme a Lei 6404/76, as contas do Patrimônio Líquido são as seguintes:

- Capital social;
- Reservas de Lucros e de Capital;
- Ações em tesouraria;
- Ajustes de avaliação patrimonial;
- Patrimônio Líquido Negativo.

O capital social representa todos os recursos que foram injetados pelos sócios na fundação da sociedade. Além disso, todos aqueles recursos levantados pela empresa em ofertas de ações também são contabilizados nesta subconta.

O exemplo clássico é o IPO, que ocorre quando a empresa lança ações ao mercado pela primeira vez. Quando o IPO for composto de emissão primária, então novas ações são emitidas ao público investidor.

Desta forma, o capital social da empresa, e conseqüentemente o seu patrimônio, aumentam pelo montante levantado junto ao mercado de capitais. Além do IPO, a empresa também pode emitir ações em outras circunstâncias.

Por exemplo, através de ofertas secundárias de ações ou aumentos de capital decorrentes do exercício de opções.

Outra subconta do patrimônio são as chamadas reservas de lucros. Como o próprio nome indica, uma parte dos lucros gerados na operação são destinados a formar reservas com algum propósito específico.

Por exemplo:

Reserva Legal;

Reserva para Contingências;

Reserva Estatutária;

Reserva de Lucros a Realizar;

Reserva de Incentivos Fiscais.

A reserva legal, por exemplo, deve ser composta obrigatoriamente por 5% do lucro líquido, tendo prioridade sobre qualquer outra destinação dos lucros. Além disto, o valor máximo desta reserva é de 20% do capital social da companhia.

Outros tipos de reservas são as reservas de capital, que decorrem de algumas transações contábeis específicas.

Quando não existe finalidade para destinação alguma parcela dos lucros ou para compensação de prejuízos, então estes montantes são reunidos nas contas de lucros ou prejuízos acumulados.

Outro componente do patrimônio são as ações em tesouraria. Sempre que uma companhia recompra suas ações, o montante recomprado reduz o patrimônio através de uma conta redutora específica. Estas ações que são mantidas em tesouraria podem ser reemitidas futuramente ou então canceladas.

O ajuste de avaliação patrimonial é uma outra subconta do patrimônio de menor importância. Esse resultado demonstra os ajustes necessários para avaliar os bens de uma empresa de acordo com os seus valores justos.

O objetivo do ajuste de avaliação patrimonial consiste em assegurar a estipulação do valor justo num momento em que elementos que forçam a liquidação da companhia não atrapalhem o cálculo final desse valor.

O patrimônio líquido negativo é uma situação bastante grave em um negócio que ocorre quando o patrimônio se torna negativo. Isso acontece quando os valores das obrigações superam a soma de todos os ativos de uma empresa. Dito em outras palavras, com o patrimônio líquido negativo, a empresa possui um passivo maior do que o ativo.

Portanto, a parcela deste passivo excedente aos ativos caracteriza uma situação chamada de passivo a descoberto.

Obviamente, esse fato põe uma empresa numa situação de extrema vulnerabilidade, podendo a mesma necessitar entrar, a qualquer momento, com um pedido de recuperação judicial.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, situações como essa deverão ser denominadas no balanço patrimonial como “passivo a descoberto”, no lugar da expressão “patrimônio negativo”.

Para um negócio chegar a este extremo, geralmente são necessárias péssimas decisões de negócio em sequência. Na maioria dos casos as empresas se endividam de maneira excessiva e realizam uma alocação de capital inadequada.

Já em outros casos, o risco advém de um fator desconhecido.

No atentado de 11 de Setembro, por exemplo, várias seguradoras quebraram pois não tinham reservas suficientes.

Para entender como funciona o cálculo do Patrimônio Líquido, confira o seguinte exemplo:

Uma loja tem um capital total de R\$ 150.000,00. Desse valor, R\$ 50.000,00 foram gastos na compra de um imóvel e em material para a revenda. Já os R\$ 100.000,00 restantes ficaram como capital a ser integralizado

No primeiro mês de operação, o faturamento atingiu R\$ 40.000,00, que representou posteriormente um lucro de R\$ 16.000,00.

Vamos ver como anda nosso patrimônio líquido até o momento?

Capital social = R\$ 150.000,00
(-) Capital a integralizar = R\$ 100.000,00
(+) Lucros acumulados = R\$ 16.000,00
Total do patrimônio líquido: R\$ 66.000,00.

Depois, quando a empresa integralizar o restante do capital social, o patrimônio líquido será de:

Capital social = R\$ 150.000,00
(+) Lucros acumulados = R\$ 16.000,00
Total do patrimônio líquido: R\$ 166.000,00.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Logicamente, existem transações que reduzem o valor do patrimônio.

Por exemplo, sempre que determinada empresa paga dividendos ou Juros Sobre Capital Próprio, ocorre um desembolso de caixa que reduz o patrimônio. E para divulgar ao mercado todas estas transações que afetam o patrimônio, as empresas listadas na bolsa de valores divulgam a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um documento que resume a movimentação de patrimônio líquido que ocorre durante determinado período, bem como todas contas que o compõem.

Entretanto, em termos práticos esta demonstração não é tão importante assim para o investidor. Afinal, existem outras demonstrações financeiras mais relevantes para quem deseja estudar uma empresa para potencial investimento.

Avaliar o patrimônio de uma empresa, de maneira isolada, não transmite muitas informações diretamente. Mesmo assim, pode-se encontrar utilidade ao analisar a evolução do patrimônio por ação.

Isto é, a medida que a empresa cresce, o patrimônio por ação deve ir aumentando também. Portanto, é de se esperar que a medida que as empresas lucrem e cresçam, o patrimônio também aumenta.

De fato, pode-se compreender este processo através do seguinte modelo simplificado:

$$\text{Patrimônio final} = \text{Patrimônio inicial} + \text{Lucro} - \text{Dividendos}$$

Como empresas saudáveis costumam ter um payout abaixo de 100%, então o patrimônio tende a crescer ao longo do tempo.

E desta forma, a ação também tende a valorizar.

Além disso, a porcentagem dos rendimentos distribuída aos acionistas através dos dividendos também beneficia quem decide reinvesti-los para comprar mais ações.

Os indicadores relacionados ao patrimônio líquido é uma forma de analisar o patrimônio é através da construção de índices relativos. Isto é, comparando o valor do patrimônio, retirado do balanço patrimonial, com outro indicador.

Uma das métricas mais utilizadas para medir o grau de efetividade de uma empresa na geração de lucro. Esse é um indicador – que em inglês é chamado de Return On Equity (ROE).

O ROE que relaciona o lucro líquido com o patrimônio líquido. Ou seja, mostra a rentabilidade de uma companhia em relação ao investimento feito pelos acionistas. Geralmente se utiliza o lucro de 12 meses no numerador, enquanto no denominador existe mais flexibilidade. Alguns investidores gostam de utilizar o último balanço divulgado, outros o balanço do início do período, e em outros casos, o patrimônio médio nos últimos 12 meses.

Por exemplo, imagine que determinada empresa lucrou R\$ 600 milhões em 2017. O patrimônio médio da empresa durante este ano foi de R\$ 3 bilhões. Assim, o ROE é de 20% (600/3000).

O ROE essa é uma ótima forma de verificar a qualidade da alocação de capital que uma empresa fez em tempos passados. Geralmente as empresas com ótimas vantagens competitivas possuem um ROE elevado.

O que é um ROE elevado? De preferência acima da taxa básica de Juros, a taxa Selic. E logicamente, quanto maior melhor.

Empresas que possuem baixa necessidade de capital, marcas muito fortes, ou outra vantagem competitiva importante, conseguem ter esta métrica bastante elevada.

É o caso da Apple, por exemplo, que possui uma marca reconhecida mundialmente. Aqui no Brasil, empresas como a Multiplus e Wiz, por exemplo, gozam de contratos exclusivos.

Além do modelo de fidelização e de corretagem de seguros, respectivamente, exigirem baixa necessidade de investimentos. Por outro lado, toda empresa possui um preço máximo a partir do qual o investimento não faz sentido.

Desta forma, mesmo empresas com excelentes resultados não valem infinitamente. Uma das formas de ponderar estes dois fatores, qualidade e preço, é através da fórmula mágica de Joel Greenblatt.

Cada investidor tem a sua maneira de realizar o valuation de uma empresa.

O P/VPA (Preço sobre Valor Patrimonial) é um indicador relacionado ao valuation de uma empresa. Basicamente, este indicador é formado pela divisão da cotação da ação pelo patrimônio líquido por ação.

Por exemplo, suponha que a empresa do exemplo anterior tivesse 60 milhões de ações em circulação.

Assim, o VPA médio no ano é de R\$ 10 por ação (R\$ 600 milhões/60 milhões de ações). A cotação da ação em uma determinada data era de R\$ 20. Logo, o P/VPA foi de 2 vezes (20/10).

O indicador P/VPA precisa ser utilizado com muita cautela. Muitos investidores amadores utilizam o P/VPA como critério definitivo para saber se uma ação está sendo negociada com desconto.

Isto é, uma ação com P/VPA abaixo de 1 seria uma ação barata enquanto uma ação com P/VPA acima de 1 seria uma ação cara. Mas este raciocínio nem sempre está correto.

O VPA não necessariamente corresponde ao valor intrínseco, ou preço justo de uma companhia. Primeiro de tudo, muitos ativos registrados no balanço estão com valores históricos, e não atualizados pelo mercado.

Além disso, existem muitos ativos intangíveis cujo valor não se encontra registrado nas demonstrações contábeis. Ou mesmo que esteja, muitas vezes são amortizados e passam a valer contabilmente cada vez menos.

Entretanto, este cenário pode gerar diversas distorções visto que algumas marcas valem cada vez mais apesar dos ativos relacionados estarem sendo reduzidos.

Warren Buffett fala sobre este assunto no caso de alguns de seus investimentos. O preço pago por ele em algumas de suas participações ocasionou um ativo chamado "Goodwill", que foi sendo amortizado ao longo dos anos.

Entretanto, este excesso contábil pago, também chamado “Goodwill”, estava relacionado a marcas que foram valendo cada vez mais.

Desta forma, a realidade econômica apontava numa direção e a contabilidade em outro. Uma aberração. Todos estes exemplos foram citados para que você não cometa o erro de deixar de comprar uma boa empresa apenas porque o P/VPA está elevado.

Existem algumas situações em que o uso do P/VPA faz mais sentido. Por exemplo, no caso de instituições financeiras. Estas empresas costumam registrar os seus ativos e passivos de maneira que refletem, em média, o valor de mercado destes títulos ou compromissos, respectivamente.

Assim, o valor de liquidação da empresa e o patrimônio se aproximam. Mas é claro que as empresas devem possuir negócios sólidos e lucrativos. Caso contrário, a ação ficará sempre descontada em relação ao VPA. E o barato vai acabar saindo muito caro.

O P/VPA também pode ser utilizado no contexto dos fundos imobiliários (FIIs) de recebíveis (CRI). Geralmente, o valor do patrimônio destes fundos reflete de maneira mais adequada a realidade econômica.

Este não é o caso de muitos fundos de “tijolo”, que investem em propriedades cuja avaliação é feita de maneira mais irregular.

O patrimônio de uma sociedade mede a riqueza da sociedade que pertence aos acionistas, ainda que este valor seja na realidade muito maior do que o registrado.

Todavia, analisar a evolução do patrimônio líquido por ação, além de indicadores de mercado e financeiros, traz mais clareza ao investidor na hora de decidir por um novo investimento.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.146.205/0001-6 9	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/09/1997
NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		9

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.61-1-00 – Holdings de instituições financeiras			ISSN 1983-6767	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 – Sociedade Anônima Aberta				
LOGRADOURO AL BR DE PIRACICABA		NÚMERO 740	COMPLEMENTO BLOCO B ANDAR 11	
CEP 01.216-012	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@PORTOSEGURO.COM.BR		TELEFONE (11) 2393-5199		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

2.3.PROJETO INTEGRADO

2.4. FUNDAMENTOS DECONTABILIDADE

2.4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa.

De acordo com o § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação.

O Balanço Patrimonial é constituído pelo:

- Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.
- Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.
- Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

Os elementos da mesma natureza e os saldos de reduzido valor quando agrupados, e desde que seja indicada a sua natureza e nunca devem ultrapassar, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos genéricos como "diversas contas" ou "contas correntes".

Total do Ativo

Caixa -	245,25438,88332,65			
Caixa e Equivalentes de Caixa	485,7	1641,82	961,95894,6	
Contas a Receber, Líquido	16739,04	-	-	-
Despesas Antecipadas	-	-	-	-
Imobilizado - Líquido	2279,09	2362,56	2256,42	1957,79
Imobilizado - Bruto	2668,36	3114,61	2978,66	2659,28
Depreciação Acumulada,				
Total	-389,27	-752,05	-722,24	-701,5
Ágio, Líquido	607,87-	370,78370,78		
Intangíveis, Líquido	2812,81	2410,94	2007,91904,84	
Investimentos de Longo Prazo	6836,55	14277,86	14267,19	
14245,78				
Prêmios de Seguros a Receber	6542,45	15091,17	15041,08	
13952,33				
Realizável a Longo Prazo	470,011651,97	1665,07	1725,08	
Outros Ativos de Longo Prazo, Total	1737,48	1292,32	1135,81	
737,26				
Custos de Aquisição Diferidos	2639,98	2499,23	2385,58	
2198,41				
Outros Ativos, Total	4781,63	993,781098,57	1014,9	

Total do Passivo Circulante

Total do Passivo

A Pagar/Acumulado	11873,97	-	-	-
A Recolher/Auferidos	-	-	-	-
Investimentos de Curto Prazo	1130,06	-	-	-
Passivos de Seguros	17663,44	17390,11	16942,63	16262,41
Notas a Receber/Empréstimos de Curto Prazo	-	-	-	-
Parcela Circulante das Obrigações de Arrendamento Mercantil				13,11
11868,45	11671,76	10773,5		
Outros Passivos Circulantes, Total	13624,62	1374,11	1121,39	
1198,88				
Total de Endividamento de Longo Prazo	115,881044,82	874,01517,49		
Endividamento de Longo Prazo	-	927,89755,19393,81		
Obrigações de Arrendamento Mercantil	115,88116,93118,81	123,68		
Imposto de Renda Diferido	346,09302,45312,85289,8			
Participação de Acionistas Não Controladores	-0,375	0,18	0,17	0,14
Outros Passivos, Total	-9473,58	1190,15	1341,87	1223,08

Total do Patrimônio Líquido

Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	-
Ágio, Líquido	-	-	-	-
Ações Ordinárias, Total	8500	8500	8500	4500
Capital Social integralizado Adicional	-	-	-	-
Lucros Retidos (Prejuízos Acumulados)	1312,51174,19	4889,15	1260,62	
Ações em Tesouraria -				
Ordinárias	-202,79	-202,79	-205,49	-160,06
Garantia de Dívida de Opções de Compra de Ações	-	-	-	-
Ganho/(Perda) não Realizado(a)	-	-	-	-
Outros Patrimônios Líquidos, Total	-200,14	-159,94	-174,76	-190,56

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

Ações Ordinárias em Circulação

Ações Preferenciais em Circulação

* Em Milhões de BRL (exceto dados por ação)

2.4.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

O DRE é um demonstrativo dinâmico, em constante mudança, de natureza contábil, que serve para a determinação do resultado líquido da empresa em determinado exercício (ano, semestre, trimestre ou mês de análise). Ele é elaborado juntamente ao balanço patrimonial da empresa, sendo que um complementa o outro.

Muitas empresas elaboram seus Demonstrativos de Resultados do Exercício (DRE) sem refletir muito sobre o quão importantes essas informações sobre seus negócios são.

Ainda que o objetivo final do DRE seja a verificação do resultado líquido (para fins de tributação e distribuição entre sócios), outras informações bastante valiosas sobre seu negócio podem ser encontradas ali. Quais dessas informações são as mais relevantes para sua empresa? E para seus investidores?

Inicialmente, é importante ressaltar que, apesar de ser divulgado apenas anualmente, principalmente por empresas que negociam suas ações na bolsa de valores mobiliários (até por um obrigação legal para tal), esse demonstrativo pode ter a periodicidade que a empresa desejar.

Normalmente, para fins fiscais, a apuração desses resultados é feita a cada três meses. Para fins administrativos e comerciais, no entanto, essa verificação de resultados é normalmente feita a cada mês. Isso dá à diretoria da empresa (CEOs, CFOs e demais membros da direção) uma boa ideia sobre as tendências de crescimento ou de queda de rendimentos, entre outras informações,

As receitas da empresa são consideradas vários índices de receita na elaboração do DRE. A receita bruta é uma delas, que considera os valores obtidos com a venda de produtos e com a prestação de serviços. Basicamente, esse valor consiste no faturamento bruto da empresa.

A receita líquida (após deduções) também pode ser considerada, bem como o lucro bruto da empresa durante o período de referência da análise. Além disso, é preciso levar em consideração os rendimentos de ativos financeiros. Muitas empresas possuem fundos de investimento que rendem dividendos ao longo do ano (ou mesmo em periodicidade mensal).

Para a elaboração da seção de custos do DRE, são utilizados parâmetros de análise que levam em consideração despesas financeiras, despesas operacionais (manutenção de estabelecimentos, folha de pagamentos, custos fixos, etc.), despesas gerais e administrativas, entre outras.

Uma dica: fique atento ao impacto dos custos em cada setor do negócio e, principalmente, na variação dos seus montantes a cada novo exercício. Há informações valiosas sobre a saúde financeira e operacional no negócio neles!

Os resultados destacados pelo DRE diferenciam, por exemplo, o lucro ou prejuízo operacional, os resultados obtidos durante o exercício sem a dedução de Imposto de Renda, as provisões para o pagamento desse imposto, a necessidade de distribuição de valores por meio de debêntures, a participação de lucros de empregados, de partes beneficiárias, etc.

Mas qual seria a finalidade da divulgação desses resultados? Além das obrigações legais de divulgação dessas informações, muitos agentes econômicos utilizam esses parâmetros para analisar a lucratividade de uma empresa, suas tendências comerciais futuras (de queda ou de elevação de receitas), a expectativa de retorno de seus investimentos, entre outras várias funções.

2.2.1. ATUALIZAÇÃO DE VALORES PELO IGP-M

ISSN 1983-6767

O IGP-M é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP), que registra a variação de preços do mercado. Ele engloba desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. É calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado mensalmente.

O índice tem como base os preços coletados entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês atual – também chamado de mês de referência. Nas pesquisas, são levados em consideração os preços de diversos itens, como vestuário, transporte e comida.

O objetivo é justamente monitorar a variação dos custos para verificar a movimentação dos preços. Quanto mais elevado estiver o valor desses itens em relação ao mês anterior, mais o indicador vai subir (e vice-versa).

O IGP-M é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP), que registra a variação de preços do mercado. Ele engloba desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. É calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado mensalmente.

O índice tem como base os preços coletados entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês atual – também chamado de mês de referência. Nas pesquisas, são levados em consideração os preços de diversos itens, como vestuário, transporte e comida.

O objetivo é justamente monitorar a variação dos custos para verificar a movimentação dos preços. Quanto mais elevado estiver o valor desses itens em relação ao mês anterior, mais o indicador vai subir (e vice-versa).

Por apontar a variação dos preços de mercado, o IGP-M é um

forte indicador da macroeconomia do país. Por meio dele, os investidores podem ter uma ideia de como está a inflação e o mercado.

Trata-se de uma informação importante na hora de estudar seus investimentos. Há títulos de renda fixa que são atrelados à inflação, por exemplo, e podem servir de proteção contra a desvalorização do seu dinheiro.

Além disso, o IGP-M tem a função de servir como referência para a correção de preços nos valores de alguns contratos, de acordo com a inflação. Ele é o indicador para o reajuste de custos em contratos de aluguel ou energia elétrica – outro fator que denota sua importância.

Confira a tabela do IGP-M relativa aos últimos 12 meses, conforme divulgação da FGV:

Mês/ano	Índice do mês (%)	Acumulado do ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
Dez/2017	0,89	-0,52	-0,52
Nov/2017	0,52	-1,40	-0,86
Out/2017	0,20	-1,91	-1,41
Set/2017	0,47	-2,10	-1,45
Ago/2017	0,10	-2,56	-1,71
Jul/2017	-0,72	-2,65	-1,66
Jun/2017	-0,67	-1,95	-0,78
Mai/2017	-0,93	-1,29	1,57
Abr/2017	-1,10	-0,36	3,37
Mar/2017	0,01	0,74	4,86
Fev/2017	0,08	0,73	5,38
Jan/2017	0,64	0,64	6,65
Dez/2016	0,54	7,17	7,17

O IGP-M foi concebido no final dos anos de 1940 pela FGV, instituição privada que o divulga até hoje. Por se tratar de um índice divulgado por uma instituição de muita credibilidade, hoje serve de base para os reajustes de contratos de aluguel, tarifas do setor de energia elétrica e, eventualmente, até de alguns planos de saúde, seguros e mensalidades escolares.

Resultado da correção pelo IGP-M (FGV)

DATA INICIAL: 30/09/2021

DATA FINAL: 31/12/2021

VALOR NOMINAL: 39.334,43

DADOS CALCULADOS

ÍNDICE DE CORREÇÃO NO PERÍODO: 1,00159

VALOR PERCENTUAL CORRESPONDENTE:
0,0159%

VALOR CORRIGIDO NA DATA FINAL:

$39334,43 * 1,000159 = 39.340,69$

DATA INICIAL: 30/09/2021

DATA FINAL: 31/03/2022

VALOR NOMINAL: 39.334,43

DADOS CALCULADOS

ÍNDICE DE CORREÇÃO NO PERÍODO: 1,046020

VALOR PERCENTUAL CORRESPONDENTE:

4,6020%

VALOR CORRIGIDO NA DATA FINAL:

$39334,43 * 1,046020 = 41.144,59$

DATA INICIAL: 30/09/2021

DATA FINAL: 30/06/2022

VALOR NOMINAL: 39.334,43

DADOS CALCULADOS

ÍNDICE DE CORREÇÃO NO PERÍODO: 1,084838

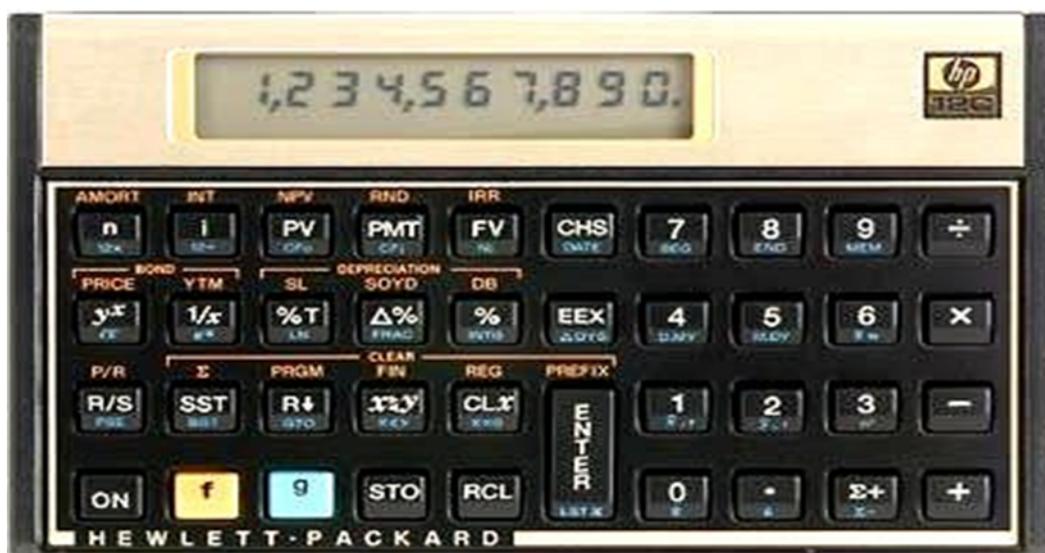
VALOR PERCENTUAL CORRESPONDENTE:

8,4838%

VALOR CORRIGIDO NA DATA FINAL:

$39334,43 * 1,084838 = 42671,49$

2.2.2. A CALCULADORA FINANCEIRAHP 12C



A calculadora financeira HP-12C é uma das mais famosas e a favorita entre profissionais das Ciências Contábeis e da Administração. Apesar de parecer muito complexa de usar em um primeiro momento — o que faz esse tutorial ser muito necessário —, ela, na verdade, simplifica grandes operações.

O grande diferencial dessa maquininha é que ela segue uma lógica de cálculo incomum, a Notação Polonesa Reversa (RPN). Nesse sistema, todos os números devem ser inseridos primeiro e, só então, a operação a ser feita é indicada.

Em uma calculadora comum, para fazer uma conta de $3+3$, a gente aperta o 3, depois clica no símbolo + e pressiona a tecla 3 de novo, o que nos mostraria o número 6.

Na HP-12C, você deveria apertar o 3, em seguida pressionar a tecla “ENTER” e, depois, o 3 de novo. Para que o resultado aparecesse, seria necessário, por fim, apertar a tecla correspondente à operação que você deseja fazer, nesse caso, o +. Só aí apareceria o 6.

Cada letra da calculadora indica um fator das principais fórmulas de Matemática Financeira.

Para o cálculo de juros simples suponha que você precise fazer um cálculo de juros simples. A equação para essa conta é $(J) = C \times i \times T$, sendo C o capital inicial; i, a taxa de juros e T, o tempo. Para resolver esse cálculo na HP-12C, você deve seguir esse passo a passo:

1. digite o número de dias e aperte a tecla n (como regra dessa calculadora, o tempo (T) deve ser sempre expresso em dias);

2. informe a taxa anual e aperte i;
3. coloque o valor do capital inicial e insira CHS PV,
4. por fim, aperte f INT e obtenha o valor dos juros;
5. para obter o montante, clique em +.

Cálculo de porcentagens

Para descobrir uma porcentagem dentro de um número inteiro, você deve seguir esses passos:

indique qual é o número inteiro;

clique em ENTER;

digite o valor da porcentagem;

pressione a tecla %.

como realizar os cálculos de atualização do item anterior utilizando essa calculadora.

2.3.CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO FINANÇAS

2.3.1. GERENCIANDO FINANÇAS

Tópico 1: Introdução aos conceitos econômicos e financeiros básicos

Tópico 4: Estabelecer metas para a realização de seus sonhos e como envolver o grupo a que você pertence para atingir seus objetivos

Hoji (2020) relata que a maioria dos estudantes acredita que o objetivo das empresas é o lucro. Na realidade, o lucro é apenas um meio. O objetivo real das empresas é a maximização de seu valor em longo prazo – daí o lucro ser um meio e não o fim.

Os investimentos são feitos com a expectativa de um retorno alinhado com os riscos assumidos. Este retorno deve ser alcançado através da produção de resultados econômicos e financeiros – lucros e caixa – adequados por um extenso período de tempo. A contabilidade define esta situação através do Postulado da Continuidade, que considera a empresa como sendo uma entidade em continuidade, ou, de forma mais simples, considera a empresa como sendo um empreendimento que foi realizado com a finalidade de manter-se em funcionamento. De um modo geral, podemos agrupar as atividades de uma empresa como a seguir:

- Atividades operacionais - São aquelas executadas para preencher a finalidade da empresa, visando a obter um retorno adequado para os investimentos feitos

- pelos proprietários. Estas atividades geralmente refletem-se no Demonstrativo Resultado do Exercício (DRE), que geram o resultado operacional.
- Atividades de investimento: este grupo inclui as operações de aplicações de recursos para dar continuidade à empresa e permitir seu funcionamento. Estas aplicações referem-se, normalmente, às contas do Ativo Circulante ou Permanente, de acordo com o prazo destes investimentos.
- Atividades de Financiamento: são reflexo da forma com que a empresa decidiu financiar seus investimentos (Ativos); financiamento de terceiros (Exigível); ou financiamento próprio (Patrimônio Líquido). Até este ponto, acreditamos que já se tornou evidente que as atividades operacionais refletem-se na DRE (no Ativo) e as operações de investimento e de financiamento refletem-se no Balanço (no Passivo).

Enquanto o Contador trabalha com o Regime de Competência, o Administrador Financeiro trabalha em regime de Caixa.

No Regime de Caixa, a Receita e a Despesa são reconhecidas (registradas) apenas quando realizadas, ou seja, no efetivo recebimento ou pagamento. Assim, quando apuramos o Lucro (que, por definição, é o resultado da subtração: Receitas – Despesas), o valor obtido é palpável e tangível, e deve estar todo na gaveta da caixa registradora do feliz proprietário da empresa.

Por seu turno, no Regime da Competência, a Receita e a Despesas são reconhecidas quando incorridas, independentemente do recebimento efetivo. Com isto, o Lucro é o resultado puro e simples da contraposição de receitas e despesas incorridas no mesmo período, independentemente do recebimento de uma e do pagamento da outra.

- **Tópico 2:** Entendendo o ambiente: independência financeira, o valor da minha riqueza e o registro do dia a dia

Todo mundo quer alcançar a tão sonhada Independência Financeira, mas, a realidade é que apenas 1% da população mundial alcançou esse objetivo, que em média eles tem acima de U\$1.000,000,00. Ou seja, provavelmente você faz parte dos 99% que querem chegar lá.

Muita gente, no entanto, acha que ela significa ter um bom salário, um emprego estável ou simplesmente não depender de outra pessoa, um provedor, para ter seu dinheiro para pagar contas.

Acontece que Independência Financeira é uma coisa muito diferente – e mais fácil de ser conseguida do que você imagina. Saber exatamente o que

significa é o primeiro passo para conquistá-la. Continue lendo esse post para saber mais detalhes.

Podemos dizer que a Independência Financeira está ligada a geração de renda mensal de forma perpetua, assim garantindo uma vida mais tranquila, sem preocupação com as despesas e deixando o seu dinheiro trabalhar para você, sim, isso é possível e mais fácil do que você imagina, acontece que há formas de você ter a sua Independência Financeira e ajudar a engrossar esse percentual. Claro que quanto mais cedo começar, mais fácil será, mas veja algumas dicas de como fazer para chegar onde sempre sonhou e ter o rendimento dos seus investimentos bastante superiores aos seus gastos mensais.

É de fundamental importância se organizar financeiramente, começando com o que você tem, pois tudo na vida tem um *start* e para isso é necessário estar preparado para esse novo caminho que vai ser cansativo e você tem que sair da zona de conforto.

Monte uma planilha financeira simples ou baixe um aplicativo de controle financeiro.

Óbvio, você vai pensar, mas não tem jeito, se você quer economizar, investir, tem que ganhar primeiro. Então deixe o comodismo de lado e procure uma posição melhor na profissão, invista em você mesmo em cursos e especializações, comece uma atividade lucrativa extra no seu tempo vago. E para poder ter dinheiro para investir é preciso que você mantenha o foco em uma relação simples: ganhar mais e gastar menos. Assim o que sobrar você vai começar a montar sua cartela de investimentos.

Não deixe de comprar aquela blusa ou CD que você está a fim há meses, claro que você precisa ser feliz, mas também não precisa entupir o armário de roupas e sapatos nem trocar de carro a cada dois anos. Aproveite para guardar e poupar o que seria gasto nessas coisas, evite dar dinheiro para cartões de crédito e juros bancários de qualquer tipo. Passe a ter um consumo consciente.

De acordo com os especialistas, a Independência Financeira é quando seus investimentos são cerca de 200 vezes maior do que seus gastos mensais. Por exemplo, se o seu gasto mensal está em torno de R\$4 mil, você terá conquistado sua independência quando tiver R\$ 800 mil livres para viver, de rendimentos perpétuos. Então você precisa começar a investir.

Comece com a alocação de ativos, uma estratégia que procura reduzir a reação entre risco e retorno, e que traz quatro vantagens básicas: risco reduzido da carteira de investimentos, sendo fácil de entender e de aplicar, custos menores e planejamento a longo prazo.

Começou a receber renda? Então a hora é de reinvestir tudo. Isso mesmo, apenas o reinvestimento e o tempo é capaz de fazer os juros compostos funcionarem. Pegue seus dividendos e aluguéis de imóveis e fundos imobiliários e reinvesta-os para otimizar seu investimento inicial.

- **Tópico 3:** Dívidas e juros compostos, opções de empréstimo e alternativas ao endividado

Os Juros Compostos são a prática de juros sobre juros, muito utilizados no sistema financeiro por oferecerem uma grande rentabilidade para os investidores. Por serem incorporados no capital aplicado, o valor cresce mais rápido que no caso dos Juros Simples. E isso pode ser tanto positivo quanto negativo.

No caso de uma dívida, como uma fatura de cartão de crédito atrasada, por exemplo, ao longo dos meses, ele é responsável por aumentar o valor pendente.

Já para os investimentos, situação abordada neste artigo, ele garante uma melhor rentabilidade a longo prazo.

Os juros são um percentual sobre um valor total que podem ser calculados tanto de forma composta quanto simples. Eles funcionam como a consequência do ato de emprestar dinheiro a uma pessoa ou instituição.

Portanto, enquanto o devedor paga um percentual além da quantia solicitada, o credor recebe esse rendimento pelos riscos envolvidos na relação. Ou seja, ao investir em algum título como o Tesouro Direto, por exemplo, você está emprestando dinheiro ao Governo, que irá devolver a quantia somada à correção de juros.

Com dito, mesmo sendo excelentes para os investimentos, os Juros Compostos são assustadores para os endividados. Isso porque, mesmo devendo uma pequena quantia, esse valor pode dobrar de tamanho ao longo do tempo, causando a famosa bola de neve de dívidas.

Por isso, antes de assumir uma dívida, é fundamental que você entenda os riscos envolvidos nessa operação. Além de, é claro, entender se o valor das parcelas realmente cabe no seu orçamento disponível.

Vale lembrar que uma reserva de emergência é fundamental em casos onde o devedor passa por dificuldades financeiras, mas ainda precisa cumprir com seus pagamentos.

O que difere os Juros Simples do Composto é simplesmente a base de cálculo de cada um.

Para a modalidade simples, a taxa é cobrada apenas sobre o valor inicial ao longo de todo o período de pagamento da dívida.

Já no caso do Juro Composto sobre o valor do último mês. Por isso, o valor a ele relacionado cresce muito mais rápido. Por exemplo: um empréstimo de R\$20 mil, com taxa mensal de 2%. Com os Juros Simples, o valor aumenta em R\$400 reais a cada mês, resultando em um total pago ao final de 12 meses de R\$24.800,00. Já com os Juros Compostos, o valor aumenta em R\$400 no primeiro mês, R\$408 no segundo e consecutivamente. Ao final de um ano, o valor total pago será de R\$25.364,84.

O cálculo dos Juros Compostos é obtido com a seguinte fórmula:

$$M = C (1 + i)^n$$

Sendo:

- M = Montante;
- C = Capital Aplicado;
- i = Taxa de Juros Composto;
- n = Número de períodos que o capital foi aplicado.

No entanto, ao aplicar esta fórmula, é preciso estar atento às seguintes regras:

Caso a taxa “i” seja anual, o período de aplicações deve ser reduzido à unidade de ano. O mesmo caso ela seja referente ao mês ou dia, sendo todos escritos em decimal.

Existem três fatores que impactam diretamente o resultado de crescimento de um montante aplicado.

Por isso, é fundamental que você entenda quais são eles, seja um investidor iniciante ou de longo prazo:

O montante é o valor inicial aplicado no investimento. É a partir dele que o Juro Composto incide inicialmente, fazendo com que o rendimento se torne maior.

Por conta disso, costuma valer a pena juntar uma boa quantia de dinheiro (montante) para começar um investimento.

Com isso, o juro irá incidir sobre um valor mais alto, tornando a rentabilidade melhor mesmo com aplicações menores durante os meses.

O tempo é o melhor amigo do Juro Composto, seja em relação à uma dívida ou um investimento. No caso das aplicações financeiras, ele é o motivo principal para a acumulação desses juros.

Portanto, quanto maior o prazo de vencimento de um investimento, melhores serão os ganhos do investidor.

A rentabilidade representa o percentual de retorno financeiro de uma aplicação oferecido ao investidor. Esse critério costuma variar bastante de acordo com cada um dos produtos financeiros existentes, já que eles são relacionados à riscos e condições variadas.

Além disso, é ele que será beneficiado com a ação dos Juros Compostos ao longo do período de aplicação do investimento. Ou seja, quanto maior o tempo de aplicação, maior a incidência dos Juros e a rentabilidade do investimento.

Todos os tipos de investimento de renda fixa disponíveis no mercado utilizam a ação dos Juros Compostos para calcular seus rendimentos. Entre os principais, temos:

- CDB (Certificado de Depósito Bancário);
- LCI (Letra de Crédito Imobiliário);
- LCA (Letra de Crédito ao Agronegócio);
- Tesouro Direto.

No caso da Caderneta de Poupança, ao invés de uma remuneração diária, o rendimento é pago apenas no final do período de um mês, chamado de aniversário do depósito.

Isso traz o risco de um saque dias antes do pagamento dos juros desse produto financeiro.

Na Bolsa de Valores, no entanto, não existe o pagamento de juros sobre os investimentos. Nesse caso, são pagos retornos compostos sobre as aplicações.

Confira os principais títulos de renda fixa onde o dinheiro aplicado rende mês a mês:

O CDB é um título emitido por instituições financeiras que serve para o financiamento de suas atividades. Para isso, é oferecido o pagamento de Juros, sendo calculados de maneira composta, mas variando de acordo com cada instituição. Esse investimento conta com a proteção do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) no caso de falência da instituição. Porém, o valor limite para a cobertura é de R\$250 mil por CPF em cada instituição. Vale lembrar que, com a Taxa Selic em baixa constante, essa opção pode ficar menos atraente ao longo do tempo. Para encontrar a melhor opção entre os Certificados disponíveis, além de verificar os modelos de taxaço (prefixados, definidos na hora do aporte ou pós-fixados), é preciso analisar:

- Carência mínima;
- Tamanho mínimo do aporte.

Isso porque esses dois fatores acabam influenciando na taxa de juros obtidas.

Os títulos LCI e LCA são bastante semelhantes, mas com finalidades distintas, já que um é direcionado para o mercado imobiliário e o outro para o agronegócio. Nesses produtos financeiros não existe a incidência de Imposto de Renda, o que pode ser benéfico para alguns perfis de investidores. No entanto, o valor mínimo para esse investimento em algumas instituições pode chegar a R\$50 mil. Eles são garantidos pelo FGC e possuem liquidez lenta, o que faz com que não sejam uma boa alternativa para quem deseja resgatar o valor em curto prazo.

Os famosos títulos do Tesouro são ótimas opções para o investidor de renda fixa. Por serem garantidos pelo Governo, eles se tornam muito mais seguros que as demais opções. O rendimento das opções disponíveis tanto pode ser atrelado à Taxa Selic quanto à inflação. Além disso, por serem oferecidos pelo próprio Tesouro Nacional, seus valores não variam entre as corretoras – apenas as taxas relacionadas.

Como já dito, a ação dos juros compostos na renda variável ocorre de maneira indireta, já que não é possível prever o resultado de um investimento no momento da aplicação. Portanto, para a maioria dos investidores, esse tipo de aplicação acaba sendo melhor a longo prazo, onde é possível analisar melhor a flutuação dos papéis (ações).

São diversas as justificativas dadas por pessoas para não começarem a investir. Seja por medo ou “falta de dinheiro”, é possível, na grande maioria das vezes, começar a economizar, poupar e investir.

É claro que, em situações de grandes problemas financeiros, onde existe a dificuldade até para o básico, essa não é uma opção viável no momento.

No entanto, para as pessoas que “ganham pouco”, a história é outra. Muitos desses indivíduos acabam caindo na zona de conforto, e esquecem que dá para começar a investir com apenas R\$30.

No entanto, mesmo com esse valor, a disciplina ajudará você a viver melhor financeiramente, principalmente com a ajuda dos Juros Compostos.

Ao fim de um longo período de investimento, mesmo um valor pequeno pode se tornar bastante atrativo para o investidor. Para exemplificar melhor isso, utilizemos uma situação hipotética:

- Um título no Tesouro Direto com rendimento de 0,95% ao mês (descontado de taxas) + a variação do IPCA (garantindo a rentabilidade acima da inflação);
- Resgate do Imposto de Renda, de 15%;

- Economia de R\$100 por mês.

Em 5 anos, o valor total aplicado pelo investidor é de R\$6.000,00. Já com o ganho dos juros, descontado do IR, a quantia total sobe para R\$7.816,46.

Em 10 anos, o valor total aplicado é de R\$12.000,00. Acrescido dos juros menos o IR, a quantia retirada seria de R\$18.878,85.

Em 20 anos, o valor aplicado é de R\$24.000,00. Após a incidência dos juros menos o IR, a quantia fica no valor de R\$77.591,85.

Vale lembrar que, nessas simulações, não estão sendo considerados cenários externos nem a correção pela inflação. Por isso, elas só servem para que você perceba a ação dos Juros Compostos nos investimentos ao longo do tempo. (LEMOS, 2021)

2.3.2. ESTUDANTES NA PRÁTICA

<https://youtu.be/TmniFB1Xyd4>

José Gabriel Nerio Sardeli
Raquel Gonçalves Costa

4. CONCLUSÃO

Ao fim do trabalho podemos adquirir competências atitudinais avaliadas neste módulo são o **ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO** e a **TOMADA DE DECISÃO**, e suas evidências estão relacionadas diretamente com as etapas do PI, sendo respectivamente:

- Planeja e prioriza a realização dos trabalhos e atividades assegurando as entregas nos prazos estabelecidos: o projeto deve ser entregue rigorosamente na data estipulada no cronograma.
- Executa suas atividades de acordo com o planejamento estabelecido, organizando suas entregas e evitando o acúmulo de atividades
- Verifica se a execução está de acordo com o planejamento (pontos de checagem), promovendo ajustes necessários assegurando a qualidade da entrega
- Zela pelo ambiente, mantendo-o limpo e organizado: como se trata de um curso Online, para essa evidência, o zelo pelo ambiente será considerado através da aparência do trabalho apresentado, a formatação em sua íntegra, principalmente em relação aos possíveis quadros, tabelas, figuras e outros elementos utilizados no projeto.
- Tem a percepção de tempo ideal para a tomada de decisão, não sendo precipitado ou tardio: ao considerar os três períodos das demonstrações contábeis.
- É imparcial na tomada de decisão, baseando-se em dados e fatos: todas as análises e comentários sobre a empresa deverão estar embasados com os dados levantados sobre ela.
- Analisa as alternativas e avalia prós e contras para a tomada de decisão
- É seguro na decisão tomada, promovendo um clima de confiança: as análises sobre a empresa e sobre a atualização dos valores precisam estar muito bem fundamentadas de modo a não afetar a sua credibilidade.

REFERÊNCIAS

DRE. Disponível em: <https://falcora.com.br/blog/dre-o-que-o-demonstrativo-de-resultado-diz-sobre-o-seu-negocio/?gclid=>, acesso em 07 set. 2022.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira uma abordagem prática**. São Paulo, EDITORA Atlas, 2020.

IGPM. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/financas/igp-m-o-que-e-o-indice?>, acesso em 12 set. 2022.

INVESTIMENTOS. Disponível em: <https://br.investing.com/equities/porto-seguro-on-ej-nm-balance-sheet>, acesso em 06 set. 2022.

LEMOS, A.D. Disponível em: <https://empreenderdinheiro.com.br/juros-compostos/>, 2021.

PATRIMONIO LIQUIDO, disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/patrimonio-liquido/>, acesso em 03 set. 2022.